

Positivo PIN R 1549 - 1/2

## Funai defende garimpo legal em reservas

BRASÍLIA — O presidente da Funai, Dinarte Madeiro, defendeu, ontem, na CPI da Mineração, no Senado, a regulamentação legal da mineração em terras indígenas, conforme está previsto na Constituição e no Estatuto do Índio. Madeiro explicou que o processo de exploração mineral em área indígena causa problemas para a Funai, para os índios e para a Nação, justamente por ser irregular. Segundo disse, são 34 áreas que sofrem o impacto com o pagamento de impostos e o controle dos minérios que saem dessas áreas.

Dessas 34 áreas, seis são exploradas artesanalmente pelos índios, conforme prevê o Estatuto do Índio. Nas outras áreas restantes, há exploração ilegal e não artesanal por terceiros.

Dinarte Madeiro queixou-se de que a Funai não é órgão especializado para fazer operações como a Ianomami e a Caiapó, que contou também com a Polícia Federal, e que expulsou cerca de 30 mil garimpeiros das duas áreas indígenas. "Foi muito desgastante", disse Madeiro. Dinarte Madeiro também disse que nunca houve exploração dos índios dessas reservas como mão-de-obra da mineração porque eles não têm essa experiência, a não ser à artesanal.

O presidente da Funai defendeu que seja ouvida a comunidade indígena por ocasião da regulamentação da exploração mineral em suas reservas, e pediu mais verbas para a Funai. Este ano, o órgão vai receber apenas 15% do orçamento previsto em 94, que era de R\$ 373 milhões.

A CPI, destinada a apurar denúncias sobre a atividade de mineração no Brasil, vai ouvir hoje, às 10 horas, o presidente da Federação dos Garimpeiros, José Alves. Na quarta-feira, dia 17, os integrantes da CPI devem se deslocar até Porto Velho, onde 17 pessoas vão prestar esclarecimentos. A viagem também inclui uma visita ao garimpo do futuro, Emariquemes.